

---

**REVISTA VISÃO E SUA A PERSPECTIVA  
ACERCA DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO  
(DÉCADA DE 1980)**

Maria Fernanda das Chagas

Acadêmica do curso de História – Centro de Ciências Humanas e da Educação – UDESC. E-mail: [daschagasmf@gmail.com](mailto:daschagasmf@gmail.com)

REVISTA VISÃO E SUA A PERSPECTIVA ACERCA DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO (DÉCADA DE 1980)

REVISTA VISÃO Y SU PERSPECTIVA SOBRE MEMORIA Y PATRIMONIO (DÉCADA DE 1980)

Maria Fernanda das Chagas

#### RESUMO

Esse artigo tem como objetivo analisar como a revista *Visão* retratou as questões relacionadas ao patrimônio e a memória, bem como analisar quais as concepções acerca da História que veicularam para o público leitor. Para isto iremos nos apoiar nas discussões de Pierre Nora, David Lowenthal e Alzira Abreu. A partir da análise de artigos publicados na revista *Visão* na década de 1980, que tratavam de temas como a preservação de patrimônio, iremos identificar quais as noções de patrimônio, memória e história que foi veiculado pela revista nesse espaço de tempo. O período das reportagens que será analisado compreenderá os anos de 1980 a 1990, sendo uma década com grande importância, marcado pelo término dos governos militares, retorno da democracia bem como por políticas econômicas que visavam o controle da inflação.

**PALAVRAS-CHAVE:** patrimônio, memória, imprensa, *Visão*.

#### RESUMEN

Este artículo pretende analizar como la revista *Visão* ilustró las cuestiones relacionadas al patrimonio y a la memoria, al igual que analizar cuáles las concepciones sobre la Historia transmitieron al público lector. Para esto, nos vamos a apoyar en las discusiones de Pierre Nora, David Lowenthal y Alzira Abreu. A partir del análisis de artículos publicados en la revista *Visão* en la década de 1980, que abordaban temas como la preservación del patrimonio, vamos a identificar cuáles fueron las nociones de patrimonio, memoria y historia que fueron publicadas pela revista en este espacio de tiempo. El período de los informes que será analizado comprenderá los años de 1980 a 1990, siendo una década de grande importancia, marcada por el fin de los gobiernos militares, el retorno de la democracia, así como por políticas económicas que buscaban el control de la inflación.

**PALABRAS CLAVE:** patrimonio, memoria, prensa, *Visão*.

**INTRODUÇÃO**

Um fato particular, desagradou a todos. Xavier (Edvaldo Xavier, prefeito de Laranjeiras) demoliu um velho casarão na Praça Engenheiro Chavantes, construída em 1594. Hoje, quem visitar Laranjeiras encontrará uma praça mais larga e moderna, com o nome de Antônio Rollenberg, pai do atual prefeito de Aracaju, Heráclito Rollemberg (*Visão*, 1981, 20 abr, p. 38).

O Monumento à Independência, feito em cantaria, com grupos escultóricos e relevos de bronze, abriga no seu interior uma cripta, construída em 1954, onde se encontram os restos mortais do imperador Dom Pedro I e também os de suas duas esposas, as imperatrizes Dona Leopoldina e Dona Amélia. Seu estado é lastimável. Vândalos picharam as paredes de pedra, roubaram espadas e correntes, e o descaso das autoridades permitiu, por outro lado, que o tempo colaborasse com o vandalismo: estátuas de bronze estão oxidadas, o monumento está muito sujo, as fontes e o espelho de água à sua volta, quebrados e os jardins – que antes eram belíssimos – têm o aspecto de abandono (*Visão*, 1987, 10 jun, p. 70-71).

A primeira citação, publicada na revista *Visão* em 20 de abril de 1981, mostra a reação contrária da população devido à demolição de um antigo casarão no entorno de uma praça da cidade de Laranjeiras, a fim de possibilitar a ampliação e modernização do local. Após o término da reforma a praça teve o seu nome trocado a fim de homenagear um conhecido político do estado. Enquanto a primeira citação critica a atuação do governo, a segunda, datada de 10 de junho de 1987, tece críticas aos danos causados devido aos atos de vandalismo ocasionados por indivíduos aos monumentos históricos, o que segundo a reportagem contribui para o desmantelamento desses. Desse modo, são ações que acabam por descaracterizar aquilo que fora feito para lembrar e guardar uma história coletiva. Seguindo esse viés, observa-se que as reportagens acima, de maneira frágil, mostram-se muito parecidas tanto no sentido teórico de material, quanto na perspectiva adotada pelo próprio impresso. Como prática de análise ao longo desse texto, as abordagens de fontes e documentos serão mais efetivas de maneira que se percebam as perspectivas adotadas pela *Visão*.

Utilizando a revista *Visão* como documento de análise, este artigo discutirá como as questões acerca do patrimônio histórico e cultural eram tratadas nas reportagens publicadas durante a década de 1980, bem como discutirá a respeito da problemática que envolve a preservação do patrimônio histórico e cultural no Brasil<sup>1</sup>. Assim, as matérias

<sup>1</sup> Este artigo é resultado de minha atuação como bolsista de Iniciação Científica no projeto "Revistas semanais e aprendizagem histórica: leituras do passado e projetos educacionais (1980-1990)", desenvolvido no Curso de História, no Centro de Ciências Humanas e da Educação- FAED/UDESC, sob a coordenação da profa. Dra. Luciana Rossato.

encontradas na coluna *Patrimônio* serão analisadas a fim de identificar como era tratada a questão do patrimônio pela imprensa neste período. O que se conhece do passado chega até nós por meio do que lembramos, mas não somente. É importante dizer que estamos cercados de artifícios que fazem com que possamos tomar conhecimento a respeito do que se sucedera anteriormente (LOWENTHAL, 1998). Segundo Klaus Bergmann a história (enquanto uma versão construída sobre o passado)<sup>2</sup> é socializada/divulgada não somente na escola, através do ensino de história, mas também através da “*mas-media*, e meios de comunicação de massa como, p. ex., filme, televisão, vídeo, rádio e imprensa” (BERGMANN, 1989/1990, p. 31). É possível perceber, então, que são variados os meios com quais há a possibilidade de se aprender história em si, e de estar em contato com ela. Este processo vai se tornando cada vez mais recorrente de acordo com o alcance que os indivíduos têm a tais. Rüsen aponta para isso, ressaltando que

Vale lembrar que os processos de aprendizado histórico não ocorrem apenas no ensino de história, mas nos mais diversos e complexos contextos da vida concreta dos aprendizes, nos quais a consciência histórica desempenha um papel. [...]. A ciência da história não tem como dispensar-se, em sua especialização, dos impulsos advindos do ensino e do aprendizado no meio social da ciência da história. (RÜSEN, 2007, p. 91).

A partir desta perspectiva analisaremos como a *Visão* intercederá no cenário de concepções históricas, trazendo reportagens ligadas à temática como artifício para discutir o passado, e o que deve ser lembrado e preservado para se considerar significativo na formação das futuras gerações.

Através da análise das reportagens publicadas na revista, é possível fazer um paralelo de como o tema do patrimônio histórico acaba por se encadear com a questão da memória, ao ponto de que, segundo Lowenthal “toda consciência do passado está fundada na memória. Através das lembranças recuperamos de acontecimentos anteriores, distinguimos ontem de hoje, e confirmamos que já vimos um passado” (LOWENTHAL, 1998, p. 75). Partindo dessa temática, é possível notar que através das recordações e dos monumentos históricos, memórias vão se constituindo, ao passo de haver, de certa maneira, uma lembrança coletiva

<sup>2</sup> A História, como campo epistemológico, é fruto de narrativas passadas que foram criadas com o intuito de “resguardar” os fatos. Ou seja, adentrando ao campo da Teoria da História é possível perceber que diversas e variadas versões foram construídas acerca da(s) História(s), e algumas dessas sobreviveram, enquanto outras foram “esquecidas”. Porém, sabe-se, ainda que o objetivo dessa área não se restringe somente à memória, mas também à problematizações vividas no presente-futuro. Segundo Bergmann “A História como Ciência não se limita unicamente a elaborar ou apresentar conhecimentos históricos. Fundamentalmente, a História é uma maneira de questionar sempre mais uma vez realidade a partir do surgimento de novos problemas.” (BERGMANN, 1989/1990, p. 34).

na sociedade. Mas entra em questão também, o quesito da memória individual criada, sendo essa não uma percepção, mas sim uma modalidade orgânica, que possibilita o acesso ao passado de caráter peculiar<sup>3</sup>.

Monumentos e construções considerados patrimônio histórico podem ser entendidos como mecanismo que possibilitam o contato com o passado. São resquícios deixados pelo ser humano, ou não, e que vinculam os indivíduos e a coletividade com o que ocorreu anteriormente, contribuindo na construção de memórias e significados. Pierre Nora, em artigo publicado no Brasil em 1993, defendeu que

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, por que estas operações não são naturais (NORA, 1993, p. 13).

Ressalta-se que a construção da memória individual se da a partir da formulação prévia de lembrança coletiva, sendo que o indivíduo a constrói no momento em que se reconhece no lugar da sociedade. Podemos refletir que na construção das memórias individuais e coletivas a mídia tem ocupado uma importância cada vez maior no decorrer do século XX e XXI. Fazendo um trocadilho com a frase de David Lowenthal, “assim, como somos produtos do passado, também o passado conhecido é um artefato nosso” (LOWENTHAL, 1985, p. 113) as narrativas veiculadas pela imprensa, ao mesmo tempo são formadoras de opinião e são formadas a partir das opiniões que circulam entre os leitores.

É importante salientar que é através do contato com vestígios do passado, como construções, monumentos, festas, etc., que memórias vão se edificando, ao passo de contribuir para uma constituição do passado. Esses espaços, vistos no dia-a-dia vão, de certa maneira, contribuindo para que as pessoas construam novas concepções acerca do passado e do que é importante ser lembrado e preservado. Segundo Lowenthal,

A memória impregna a vida. Dedicamos muito tempo do presente para entrar em contato, ou manter esse contato, com algum momento do passado. São poucas as horas enquanto despertos que são livres de recordações ou lembranças; somente concentração intensa numa ocupação imediata pode impedir o passado de vir espontaneamente à mente. Mas as lembranças que permeiam o presente estão

<sup>3</sup> Sabe-se que o passado é caracterizado por perspectivas individuais e coletivas, e que de maneira harmônica compõem a memória de cada pessoa. Segundo Lowenthal (1998) a memória é algo individual e profundamente pessoal. Porém, sabe-se que, de maneira coletiva, grupos sociais constroem suas próprias lembranças como forma de nutrir “memórias” acerca de causas em comum. Acerca dessa coletividade ainda, o autor aponta que “Os grupos também mobilizam lembranças coletivas para sustentar identidades associativas duradouras, da mesma forma que os instrumentos legais conferem às companhias e às propriedades privadas imortalidade em potencial” (LOWENTHAL, 1998, p. 84).

agrupadas numa hierarquia de hábito, recordações e memento. [...] o estoque total das coisas recordáveis e recordadas aumenta à medida que a vida transcorre e as experiências se multiplicam. (LOWENTHAL, 1998, p. 77-78).

Analisado a questão da memória, bem como sua relação com o patrimônio, pode-se notar a importância desta para uma constituição histórica do passado. Assim, ao analisar as reportagens da revista *Visão*, que tratam sobre a temática, é possível enxergar como essa serve de mecanismo para passar ao público leitor suas concepções a cerca do tema.

As reportagens aqui analisadas enquadram-se na década de 1980, sendo essa marcada por importantes transformações na sociedade brasileira, como o fim da ditadura civil-militar, o processo de redemocratização com a eleição para representantes do legislativo e do executivo, a elaboração de uma nova constituição para o Brasil (MACIEL, 2012). Em termos econômicos, analisa-se que o espaço transcorrido, a contar a partir de 1980, ficou conhecido como “a década perdida”. A inflação é personagem de destaque no início desse processo, ao passo de que até 1982, o Brasil encontrara-se em estágio de retrocesso. Além disso, a estagnação do PIB, durante a década, afirma cada vez a mais, o frágil desempenho que o país vinha enfrentando.

Averiguado o cenário, buscou-se analisar mídias impressas haja vista que no período em questão, e ainda hoje, ocupam espaço bastante relevante na sociedade. Tais materiais possibilitam a construção de narrativas do passado que tratam acerca do país, e que também constituem memória histórica acerca do mesmo. Nessa perspectiva, dentre os materiais em questão, optou-se por trabalhar com a revista *Visão*, de forma que se pudessem analisar as perspectivas históricas que essa passara ao público. Além disso, no recorte temporal elencado, década de 1980, a revista apresentava as sessões Memória e Documento que serviram como espaço que abordavam temáticas acerca do passado.

Apesar das dificuldades encontradas no campo financeiro, o sistema político via-se sob outra perspectiva. No início dos anos 1980 o Brasil ainda vivia sob o governo de um militar não eleito, mas, desde o final da década de 1970, com o presidente Ernesto Geisel, estabeleceu-se um processo de abertura política “lenta, gradual e segura”, a qual conduziria o país a algum tipo ainda não definido de governo civil. (MARQUES e REGO, 2005).

Durante o decorrer da década de 1980, pôde-se observar que muitos partidos populares vinham sendo fundados, e a cada passo que davam, conseguiam se firmar de maneira estável. Muito disso se deve as mobilizações sociais que tomaram aspectos nacionais, sendo consideradas as maiores do cenário histórico brasileiro. Ao longo do decênio, pressões

por eleições por parte da população, dos artistas, pessoas ligadas à igreja, intelectuais, partidos políticos que estavam em formação (PT, PMDB e PSDB) bem como outras personalidades políticas resultou no movimento “Diretas Já”, que tinha como objetivo a redemocratização do país, com a participação da população para a escolha dos seus governantes. Apesar de ter sido uma das maiores manifestações do povo brasileiro, que levou milhares de pessoas para as ruas, a emenda parlamentar Dante de Oliveira que propunha eleições diretas para presidente da República foi derrotada no Congresso Nacional.

Com isso, em 1985 a escolha presidencial deu-se de forma indireta. Tancredo Neves foi eleito presidente da república, após 21 anos de governos militares. Sua internação antes da posse levou José Sarney, vice-presidente, a ser empossado como presidente do Brasil, cargo no qual se manteve após a morte de Tancredo Neves. O término da ditadura e a promulgação da Constituição de 1988 são ocorrências que marcaram este período. Segundo Plínio de Arruda Sampaio, “houve um grande desenvolvimento sociopolítico, marcado pelo surgimento do PT, ainda um grande impulsionador da luta popular, da CUT, do MST, das Comunidades Eclesiais de Base e de inúmeras entidades e partidos” (SAMPAIO, 2012, s/p.).

A década de 1980 é marcada, em termos econômicos, por dificuldade no controle da inflação, o que gerou inúmeros planos econômicos, endividamento externo e interno, recessão e declínio econômico. Recorreu-se a várias medidas econômicas a fim de controlar a situação econômica no país, no entanto, somente nos anos 1990, durante os governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, a economia foi estabilizada, com a implantação do plano real. (DUARTE; ROSSATO; SILVA, 2014, p. 45).

Para se situar na linha midiática da revista *Visão*, observa-se que essa começara a ter difusão, a partir da década de 1950. Seguiu pertencendo ao grupo *Vision Inc.* até 1972, onde, Said Farah obteve direitos sob suas publicações, e fora sobre o comando dele, que a elaboração editorial da revista passara a ter uma maior liberdade no quesito de produção da mesma. Dois anos mais tarde, a revista passa para o domínio do grupo gerenciado por Henry Maksoud<sup>4</sup>, passando a deter um perfil editorial que visava o apoio aos valores liberais. Mesmo durante o período do Regime Militar, a revista conservou suas normas de edição e de inserção no mercado. Ao lado da revista *Veja*, “ambas atuam no sentido de estabelecer

<sup>4</sup> Henry Maksoud é formado em engenharia pela Universidade Mackenzie, mas seu principal foco de ação sempre foi o setor burguês empresarial. Fundou a empresa Maksoud Plaza Hotel, em São Paulo, e a empresa de engenharia Hidroservice. Também é autor de vários escritos sobre política e economia. Maksoud deixa claro que seu posicionamento ideológico é pautado nos escritos do economista da Escola Austríaca, Frederick August von Hayek, um dos principais pensadores do neoliberalismo. (CESAR JUNIOR, 2010, p.73).

parâmetros jornalísticos para a formação de um público leitor interessado em acompanhar a realidade nacional e internacional” (NERY, 2007, p. 283).

Antes da entrada da televisão no meio midiático, era a imprensa escrita e o rádio que comandavam tal cenário. Isso é observado pela metade do século XX, quando o governo era quem garantia o funcionamento de tais serviços, a partir de concessões a iniciativa privada. Apesar de já aparecer nesse período, o meio televisivo só passara a ter grande expressividade a partir da década de 1970. Com a implantação do regime militar, a partir de 1964, começasse a observar oscilações nos contratos do Estado e das empresas de comunicação. O governo mantivera financiamentos aos meios de comunicação, ao passo de que viam nessa medida uma estratégia de segurança. No entanto, muitas foram as restrições que os governos militares impuseram a imprensa. Segundo Abreu,

A intensidade de censura não foi a mesma durante todo o período militar. Mais branda durante os primeiros anos, tornou-se rigorosa após a edição do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968. Pelo AI-5, o presidente da República teve seus poderes ampliados e pôde impor a censura prévia aos meios de comunicação, desde que tal procedimento fosse considerado necessário à defesa do regime (ABREU, 2002, p. 14-15).

Apesar disso, com a entrada do general Ernesto Geisel, em 1974, observa-se uma amenização, com relação às censuras, podendo observar uma maior liberdade. Os processos de tecnologia passaram a servir como ponto de alcance para as empresas, já que era a base para o grande sucesso da formatação e da divulgação das notícias. No entanto, fora somente a partir da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988, que pode-se notar o compromisso da imprensa com o livre arbítrio e expressão (ABREU, 2003).

Ao analisar as matérias publicadas na revista, é possível observar quais as concepções acerca da temática ‘Patrimônio’ que a *Visão* pretendia e objetivava focar. É interessante notar que em muitas reportagens essa acabava por impor seus princípios, mostrando assim, quais preceitos vinham defendendo. De maneira ampla, pode-se constatar que, em sua maioria, as publicações giravam em torno de monumentos e construções históricas apontando os déficits que os órgãos responsáveis vinham apresentando na preservação e cuidado com os mesmos, além do próprio desgaste natural ocasionado pela ação do tempo. Eram matérias que se encontravam circunscritas na questão do patrimônio pautado na noção ‘pedra’ e ‘cal’, ou seja, para a revista eram somente tais monumentos que possuíam foco no momento.

Sobre as milhares de inscrições rupestres localizadas naquele Estado, sabe-se apenas, concretamente, que a cada ano elas se revelam em número menor, vítimas que são das intempéries, da depredação pelo homem e do desinteresse dos governos municipais, Estadual e Federal, os únicos que poderiam preservar esses sinais milenares gravados nas rochas. (*Visão*, 08 dez 1980, p.70).

A pequena cidade Iporanga, no Vale do Ribeira, em São Paulo, foi tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (Condephaat). Mas a população, que sempre viveu pobre e afastada de tudo, está contra. Para ela, progresso e conforto significam demolição das “velharias” e construção de prédios novos. (*Visão*, 14. set. 1981, p. 76).

É possível perceber nas citações acima o descaso acerca das memórias históricas, e de que forma essas respaldam no imaginário social. Nota-se que a percepção de patrimônio mostra-se bastante restrita, haja vista que não se observa uma abertura para outras concepções de patrimônio, que se ampliará principalmente no século XXI com a legislação de defesa de patrimônio imaterial, principalmente o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, voltado ao “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro”. Ao tratar dessa temática, José Reginaldo Santos Gonçalves aponta que

Nessa nova categoria estão lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, técnicas etc. Como sugere o próprio termo, a ênfase recai menos nos aspectos materiais e mais nos aspectos ideais e valorativos dessa forma de vida. [...]. A proposta é no sentido de “registrar essas práticas e representações e de fazer um acompanhamento para verificar sua permanência e suas transformações (apud ABREU; CHAGAS, 2003, p. 24).

A revista *Visão* busca enfatizar os problemas e complicações que envolvem a conservação do patrimônio nacional. A principal crítica da revista refere-se à falta de apoio governamental, sendo que em muitos casos, exhibe sua posição de maneira explícita. Além do mais, o que é considerado patrimônio nas matérias seguem com frequência, uma espécie de catalogação única, no qual se verificam obras de artes, prédios, monumentos e adereços físicos históricos. Segundo Maria Cecília Londres Fonseca,

A imagem que a expressão “patrimônio histórico e artístico” evoca entre as pessoas é a de um conjunto de monumentos antigos que devemos preservar, ou porque constituem obras de arte excepcionais, ou por terem sido palco de eventos marcantes, referidos em documentos e em narrativas dos historiadores. Entretanto, é forçoso reconhecer que essa imagem, construída pela política de patrimônio conduzida pelo Estado por mais de sessenta anos, está longe de refletir a diversidade, assim, como as tensões e os conflitos que caracterizam a produção cultural do Brasil, sobretudo a atual, mas também a do passado (apud. ABREU; CHAGAS, 2003, p. 56).

Ao analisar o trecho acima, é possível perceber que, ainda na atualidade, a imagem que se tem acerca do patrimônio permanece vinculada às construções físicas, prédios e espaços

públicos e privados, normalmente vestígios da participação das elites na sociedade brasileira. Isto ainda ocorre recentemente, porém, na década de 1980 essa questão era ainda mais presente na sociedade. No entanto, é importante não esquecer que políticas públicas vêm sendo trabalhadas formuladas, no intuito de se pensar outras formas de patrimônio, como os imateriais e intangíveis. Fazendo referência às obras públicas, observou-se que muitas estão se desconstituindo, deixando assim, um espaço vazio na memória histórica dos cidadãos. Na edição de número 40 da *Visão*, datada em 07 de outubro de 1987, é possível analisar uma reportagem que retrata essa questão.

Abandonado desde 1976, o antigo matadouro de Peixinhos, um conjunto arquitetônico de 1874, originalmente construído para servir de matadouro público da cidade do Recife, será afinal restaurado. Um grupo de dez entidades, entre elas a Fundação Pró-Memória, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Caixa Econômica Federal, a Secretaria Estadual de Educação e a Prefeitura, assinou o convênio com o objetivo de recuperar o velho prédio que, apesar de tomado em 1980, pelo Patrimônio Histórico, ficou jogado às traças desde que o último boi rumou para a morte em suas passarelas construídas com material importado de Paris. É mais uma prova de que tombar, apenas, não preserva nada, como VISÃO tem dito muitas vezes. (*Visão*, 07 out 1987, p.53).

A revista *Visão*, em alguns casos, deixou de forma explícita a sua opinião, como pode ser visto na citação acima. Analisam-se, assim, quais as pretensões da revista acerca da divulgação precisa de suas próprias constatações. Questiona-se, portanto: A revista estaria afrontando o governo, em seus variados âmbitos? A revista estaria influenciando o seu público leitor? Ou só estaria, mesmo, apontando seus preceitos básicos e defendidos?

Ainda no plano arquitetônico, as estrutura e construções históricas mostram-se importantes fatores a serem analisados e também preservados. É o caso de igrejas e construções que adotaram distintos estilos e que hoje são considerados patrimônios. No entanto não é a preservação integral que garante a memória viva desses. Os governos, que são os principais agentes responsáveis pelo resguardo desses exemplares, acabam se esquivando da responsabilidade, e ignoram por completo aquilo que já fora e que ainda é de extrema importância, sendo que muitas vezes, usam de interesses políticos e até mesmo privados, para se beneficiarem de alguma forma daquilo em questão. Não se leva, na maioria das vezes, em consideração os grandes nomes artísticos que contribuíram para a instituição de diversos estilos arquitetônicos, principalmente na época de Brasil Colônia, quando houve significativo contato com distintas tendências.

Grandjean foi o arquiteto e urbanista da Missão Francesa e exerceu influência ímpar na arquitetura brasileira, estimulando a implantação do estilo que iria ser

denominado “neoclássico brasileiro” e que dominaria a feição das grandes cidades do país, até então erigidas segundo as regras do barroco (*Visão*, 06 out 1980, p. 65).

A *Visão* ressalta que a conservação do patrimônio mostra-se propensa a artifícios que levam a fraudes financeiras, uma vez que muitas verbas são desviadas e muitos acordos são feitos junto a isso. Diversos projetos são planejados sem nenhuma avaliação técnica e acabam por prejudicar e até mesmo ocasionar a destruição de obras históricas por completo.

Anjos gorduchos demais, dedos, braços e pernas mais rechonchudos do que manda o barroco. Alguns santos não têm a expressão inocente e mística que recomenda o contato direto com o Senhor. Por vezes, excessivas camadas de tinta chegam a deformar figuras esculpidas. Esses são desvios que podem ser encontrados em muitas obras de arte, brasileiras e de outros países. Ou seja, os restauradores colocavam toda sua habilidade a serviço do patrimônio artístico mas, apesar disso, esbarravam numa dificuldade: nem sempre os materiais à sua disposição eram os mais adequados. (*Visão*, 15 set 1980, p. 51).

No entanto, não são somente os gestores públicos os responsáveis pelo abandono do patrimônio, uma vez que população civil também é encarregada desse papel, ao cometer atos de depredação, roubos, arruinação, que levam a desvalorização do patrimônio de maneira geral.

Os ladrões de São Cristóvão e Laranjinha, duas das mais antigas cidades do país, em Sergipe, são de certa forma sofisticados: desprezam os bancos, casas comerciais e carteiras de dinheiro. Preferem as antiguidades, muito valiosas. E, nesses últimos anos, sem deixar pistas, têm roubado muitas peças sacras do Brasil Colônia. Sumiram, por exemplo, três estátuas de madeira talhada de 1 m de altura cada uma: São Miguel, Nossa Senhora da Guia Nossa Senhora de Santana (*Visão*, 20 abr 1981, p. 38).

A citação acima chama a atenção para um problema grave: o roubo de peças sacras. No mercado de arte e antiguidades, o lucro gerado com a venda, principalmente para colecionadores estrangeiros (mas não somente) incentivou a atividade ilegal que leva a perda de obras peças que possuem um significado que extrapola seu valor econômico.

As obras de arte também são mencionadas na revista de maneira a ressaltar os problemas que as envolvem. No entanto, percebe-se, também, a concentração que a *Visão* propicia à importância dos achados nesse ramo, ou seja, a revista também desloca o foco para as questões acerca dos artefatos encontrados, que pertencem à um ambiente histórico já vivido. Visto isso, a revista aponta para o descobrimento de estátuas gregas que estavam submersas, apontando que essas

Jaziam a 8m abaixo do nível do mar, a 300m da praia de Riace, uma aldeia da Calábria, completamente cobertas de areias, com exceção de um braço. [...]Por que essas estátuas gregas estavam na costa italiana. Os especialistas em história só podem fazer suposições. Alguns pensam que estavam sendo levadas para Roma,

onde deveriam adornar o palácio de algum imperador, ou para alguma das *villas* sobre o mar, perto de Nápoles, onde os romanos abastados passavam o verão. Outros acham que, assim como os cavalos dourados de São Marcos, as estátuas foram roubadas pelos cruzados, durante o saque de Constantinopla, em 1204, quando desapareceram dezenas de obras-primas gregas. (*Visão*, 21 set 1981, p. 72).

Assim, a memória é instigada a problematizar as funções, o cenário, a época, daquilo que fora encontrado e que na maioria das vezes tomará lugar nos museus. Essa é uma prática bastante comum, sendo que na maioria das vezes, objetos históricos são realocados em espaços que não condizem com seu significado, e nem são capazes de promover diálogo com os demais materiais dispostos nos museus.

De maneira geral, é possível inferir que a concepção sobre patrimônio, a partir da perspectiva das reportagens da revista *Visão*, se dá mediante críticas relacionadas à preservação desses. É uma discussão longa, no entanto, foi possível perceber as formas como o impresso trabalhou com o conceito de patrimônio, e consequentemente memória e história.

A designação para o título de patrimônio histórico é bastante complexa, pelo fato de haver inúmeras discussões a respeito do que pode se considerar ou não ser patrimônio. Segundo Marcos A. da Silva:

O patrimônio histórico mais visível e acessível costuma derivar de certas instituições que preservam uma memória de suas trajetórias como forma de legitimar identidades e poderes – Estado e Igreja, por exemplo. É necessário alargar a noção de patrimônios históricos para poder abranger outras instituições e movimentos sociais que também preservam poderes e identidades (SILVA, 2003, p. 54).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da discussão feita nesse artigo, foi possível constatar, em partes, que a revista *Visão*, trabalhando com a perspectiva de patrimônio, possuiu como principal função denunciar as dificuldades enfrentadas na luta pela preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Percebeu-se que o impresso trabalhou basicamente com a noção de patrimônio ligada à ‘pedra’ e ‘cal’, não abrindo grandes possibilidades para outras vertentes que gerem essa temática. Destoando das reportagens analisadas na revista, atualmente, já é possível observar em diversos meios, abordagens que tratem a respeito de patrimônio imaterial, seja através de danças, práticas, culinárias, saberes, crenças e habilidades. Ou seja, novas noções estão sendo colocadas em pauta, sobre esse assunto, ao passo de fazer chegar à sociedade a noção cultural dos usos do patrimônio e seus significados (CHUVA, 2012). Essa

é uma temática importante para estar sempre presente em pauta, pelo fato de contribuir para a formação da consciência histórica e da memória dos indivíduos. Dessa maneira, é válido destacar a importância do papel da população civil para com a preservação de suas raízes do passado, sendo, então, personagens ativos nessa situação. É relevante se mostrar atento para com as ações efetuadas pelos órgãos governamentais, sendo esses os principais agentes responsáveis pela conservação do patrimônio nacional e, por conseguinte, salvaguardarem uma espécie de história e memória do país. Constatase, portanto, que é necessário que haja uma cumplicidade entre sociedade e agentes governamentais responsáveis pela preservação, para que assim, se possa manter em evidência pelo menos uma parte, do que se considera história.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da Imprensa, (1970 – 2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

ABREU, Regina, CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DPA&A, 2003. Disponível em: <<http://docente.ifrn.edu.br/andreacosta/memoria-e-patrimonio-cultural/para-alem-da-pedra-e-cal>>. Acesso em 18. Nov. 2016.

BERGMANN, Klaus. A história na reflexão didática. *Revista Brasileira de História*, vol. 9, nº 19, set. 1989/fev. 1990.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, v. 34, p.147-165, 2012. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero\\_34.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero_34.pdf)>. Acesso em 23. Fev. 2017.

JÚNIOR, Gervasio Cezar. **Revista Visão e o projeto de privatização para a economia brasileira na década de 1970**. Disponível em: <[http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais\\_ivsimp/gt2/8\\_GervasioJunior.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt2/8_GervasioJunior.pdf)>. Acesso em 27. Dez. 2017.

LEMONS, Carlo A. C. **O que é patrimônio histórico**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. Projeto História, São Paulo, 1998. Traduzida por Lúcia Haddad.

MACIEL, David. **De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)**. São Paulo: Alameda/Goiânia: Funape, 2012.

MARANGONI, Gilberto. **Anos 1980, década perdida ou ganha? 2012. Ano 9. Edição 72 - 15/06/2012. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2759:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28&Itemid=23)>. Acesso em 20. Fev. 2017.**

NERY, João Elias. **Páginas de cultura, resistência e submissão livros na revista Visão (1968-1978)**. *Em Questão*, Vol. 13, No 2 (2007). Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/revistaemquestao/article/view/4572/4575>>. Acesso em 12. Dez. 2016.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. In: NORA, Pierre. **Le lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984. p. 07-28. Tradução de Yara Aun khoury. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em 30. Mar. 2017.

REGO, José Marcio; MARQUES, Rosa Maria (Orgs). **Economia Brasileira**. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

ROSSATO, Luciana; DUARTE, Indiamara; SILVA, Luana da. Documento, História e Memória: Revistas semanais e a difusão do passado durante a década de 1980 no Brasil. In: AREND, Silvia Maria Fávero. **Um país impresso: História do Tempo Presente e revistas semanais no Brasil 1960-1980**. Curitiba: CRV, 2014. p. 43-68.

RUSEN, Jorn. **História Viva**. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: UnB, 2007

SILVA, Marcos A. da. **História: o prazer em ensino e pesquisa**. São Paulo: Brasiliense, 2003

### REVISTA VISÃO: REPORTAGENS PESQUISADAS

- História Corroída. **Visão**. São Paulo, n.10. 1980
- Novos Conceitos. **Visão**. São Paulo, n.32, 1980
- História Corroída. **Visão**. São Paulo, n.36, 1980
- Vítimas do tempo. **Visão**. São Paulo, n.45. 1980
- História atacada. **Visão**. São Paulo, n.16, 1981
- Trem da saudade. **Visão**. São Paulo, n.19. 1981
- Prédio Restaurado. **Visão**. São Paulo, n.29, 1981
- Segredos na pedra. **Visão**. São Paulo, n.34, 1981
- Uma cidade contra o passado. **Visão**. São Paulo, s/n. s/d.
- Surgidas no mar. **Visão**. São Paulo, n.38. 1981
- Doces famosos. **Visão**. São Paulo, n. 27. 1982
- Mais sambaquis. **Visão**. São Paulo, n. 29. 1982
- Revisões históricas: gravuras. **Visão**. São Paulo, n. 42. 1982
- Missões: Patrimônio da Humanidade, **Visão**. São Paulo, n.28. 1983
- Neste museu a história viva, **Visão**. São Paulo, n.09. 1985
- Canudos o resgate de uma saga. **Visão**. São Paulo, n.11. 1987
- Monumento à Independência: A história restaurada. **Visão**. São Paulo, n.23. 1987
- Tombar, apenas, não preserva. **Visão**. São Paulo, n.40. 1987
- Esforço para montar um museu. **Visão**. São Paulo, n.39. 1987
- Leopoldina já é memória no Rio. **Visão**. São Paulo, n.10. 1988
- Arcos coloniais voltam a brilhar. **Visão**. São Paulo, n.45. 1988
- A história continua viva. **Visão**. São Paulo, n.45. 1988
- A derradeira batalha. **Visão**. São Paulo, n.46. 1988
- Um rico passado quase esquecido. **Visão**. São Paulo, n.11. 1989

\*\*\*

Artigo recebido em outubro de 2017. Aprovado em dezembro de 2017